

Aos dez dias do mês de setembro de dois mil e dezoito (segunda-feira), pelas 17h00, reuniu a Assembleia Municipal de Pedrógão Grande, no auditório da Casa Municipal da Cultura de Pedrógão Grande, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

Ponto um- **Proposta do Executivo Municipal:** -----

Um ponto um- **Análise da execução da aplicação de fundos doados às diversas instituições para recuperação de património habitacional na sequência dos fogos de 2017.**-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Pedrógão Grande, Dr. Tomás Correia, ordenou que se procedesse à assinatura do Livro de Ponto, verificando-se as presenças dos seguintes Deputados Municipais:-----

António Tomás Correia; Fernando Manuel Fernandes Antunes, João Dias Gama (em substituição de Joaquim Augusto Torres Simões Palheira); Ricardo Dionísio Antunes Mata Pereira (em substituição de Luís Filipe Henriques Antunes); Carlos Manuel Simões Dias José; Ivo Fernando Pais Pereira (em substituição de Arnaldo Vicente Simões Pedroso); Nélia Maria Henriques Alves; Telmo Alexandre Ferreira dos Santos Alves; Joaquim Coelho Baeta Graça; Luis Manuel Piedade David; Rui Manuel Morgado Capitão; Luís Miguel Pereira Crespo (em substituição de Paula Rita Paiva de Carvalho); Luís Paulo Pereira Fernandes; José Jesus Seco da Cruz (em substituição de Henrique Manuel Fernandes Leite); Magda Sofia Alves David; Pedro Manuel da Silva Pereira; Carlos Fernandes do Jogo; José António Dinis Marques.-----

Estiveram ainda presentes os vereadores do executivo municipal. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, deu início à Sessão Pública Extraordinária, agradecendo e cumprimentando os Deputados Municipais pela presença na Assembleia Municipal Extraordinária, ao Presidente de Câmara Municipal, à Vice-Presidente e aos Senhores Vereadores, ao público e agradeceu a presença tão significativa fazendo uma saudação especial aos órgãos de comunicação social presentes. Prossegue referindo que a presença dos órgãos de comunicação social é decisiva e agradece o facto de se interessarem por esta Assembleia Municipal que vai discutir as questões relacionadas com os fundos provenientes da generosidade dos portugueses na aplicação da reconstrução do património urbano.-----

Refere a razão pela qual se convocou a Assembleia Municipal Extraordinária que tem a ver com uma vontade muito determinada, não só das mulheres e homens de Pedrógão Grande mas também dos órgãos autárquicos no sentido de esclarecer cabalmente as dúvidas sobre a aplicação dos fundos recebidos. A catástrofe que nos assolou no dia 17 de Junho do ano passado trouxe obviamente muitas dificuldades a esta região mas refere a força e a determinação dos homens e mulheres desta terra, pessoas sérias que sentem de uma forma muito forte o que se tem passado ao nível da comunicação social e ao nível dos juízos sobre a aplicação dos recursos. Afirma a convicção de que hoje serão esclarecidas essas dúvidas. É uma Assembleia Extraordinária e refere que a discussão será exclusivamente em torno do ponto da ordem de trabalhos e que embora, não conste na ordem de trabalhos é obrigatório o constar um ponto para ouvir o público, de acordo com o Regulamento da Assembleia Municipal de Pedrógão Grande. Se houver alguém interessado para usar da palavra e colocar questões. Os elementos dos órgãos de comunicação social, embora parte do público, o que lhes solicita, sem prejuízo de quaisquer esclarecimentos adicionais é que se abstenham de colocar perguntas de modo a não tornarem a Assembleia Municipal numa conferência de imprensa. Refere a disponibilidade dos deputados municipais, do Presidente da Câmara e dos vereadores para, no final da sessão, poderem responder a questões ou dúvidas que subsistam. Por último lamenta o atraso relativamente à hora

prevista para iniciar os trabalhos (cerca de 10 minutos) mas refere que é compreensível numa assembleia onde as pessoas levaram o seu tempo a acomodarem-se e lamenta não haver espaço para todos. Pede desculpa e que relevem este sacrífico, aos que estão de pé. -----

Entra diretamente nos trabalhos e coloca uma questão regimental que tem a ver com a substituição do 2º Secretário uma vez que o titular está incapacitado e impossibilitado de participar. Portanto trata-se de operar a substituição do Deputado Joaquim Augusto Torres Simões Palheira pelo Deputado José Jesus Seco da Cruz. Propõe a votação dessa proposta, dispensando-se o voto secreto aos deputados municipais e pergunta se há necessidade de promover a votação secreta para a substituição do Sr. Joaquim Palheira. Dispensa-se a votação secreta. Assim continuaram os trabalhos, colocando-se uma outra questão que tem a ver com a gravação da presente sessão, embora tal não seja habitual. Havendo essa possibilidade e meios para perguntar quem tem interesse que se grave a presente sessão e quem não tem interesse que se grave. Quem pretende que se grave a sessão, manifeste-se por favor. O resultado apurado foi de 10 votos favoráveis à gravação da sessão. Solicita que se promova a mesma e empreendam-se os meios necessários à boa e correta gravação da sessão.-----

Feita a introdução passa a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, Sr. Valdemar Alves. -----

O Presidente da Câmara de Pedrógão Grande cumprimentou a Mesa e os colegas vereadores, os deputados municipais, o público em geral e os órgãos da comunicação social. Passa a ler uma introdução à Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal. Refere que escreveu uma folha para que não se esquecesse de nada, é uma introdução que vai fazer a esta Sessão Extraordinária desta, Assembleia Municipal. -----

“Os pedroguenses diretamente afetados pelo incêndio de junho do ano passado, destinatários de gestos puros e altruístas dos portugueses num movimento de solidariedade como não houve outro igual, devem uma resposta ao País. E essa resposta tem de ser dada pelo executivo camarário, por mim representado, mas não sem antes o fazer justamente perante esta Assembleia Municipal, representativa de todos os pedroguenses. Não posso antes de mais deixar de vincar quatro pontos essenciais: 1º Não foi reconstruída nenhuma casa que não tivesse ardido, repito, não foi construída nenhuma casa que não tivesse ardido; 2º – Todas as primeiras habitações afetadas ou estão já reconstruídas ou em fase final de reconstrução, não tendo o município nenhuma, sublinho, nenhuma responsabilidade por atrasos na execução de obras; 3º O fundo REVITA não foi dado diretamente a ninguém dinheiro para reconstruir casas. Todas as quantias foram libertadas à exata medida em que iam sendo executadas as obras. A Câmara Municipal de Pedrógão Grande não foi, nem é detentora de verbas para o pagamento de obras de reconstrução de habitações. Que isto fique bem claro. Quero dizer com isto que a Câmara Municipal de Pedrógão Grande não recebeu verbas fosse de quem fosse para reconstruir casas. Gostava que as pessoas entendessem isto e principalmente os senhores deputados. Os senhores deputados estão esclarecidos disto? Claro que sim. Sempre que estavam em causa verbas do fundo REVITA o contrato para a reabilitação das habitações era feito entre as famílias, as empresas construtoras, isto é, o dono da habitação e o construtor que fez o orçamento é que entre si negociavam e assinavam os contratos. Os donativos dos portugueses e não só que também tivemos o Estado de Timor que deu dois milhões de euros para a reconstrução, entre outras grandes empresas europeias e nacionais, estes donativos foram entregues exclusivamente à Caritas, à União de Misericórdias Portuguesas, à Fundação Calouste Gulbenkian, à SIC Esperança entre outras entidades, bem assim, ao Fundo REVITA. No caso das instituições que agora foquei, a Cáritas e outras, estas celebravam dois contratos, um com as famílias, donas das casas e outro com a empresa construtora. Estas empresas assumiam a responsabilidade da

construção e da entrega também e o contrato com as pessoas proprietárias das casas. As entidades é que pagam diretamente às construtoras. Não é a Câmara Municipal, são efetivamente estas entidades e o Fundo REVITA que pagam aos empreiteiros porque são eles os legítimos proprietários dos fundos dos dinheiros para pagarem as obras. A tragédia que se abateu sobre nós o ano passado obrigou a uma resposta pronta e avassaladora, como nunca antes havia sucedido. O volume de trabalho era tal, e a pressão pública no sentido de imediato do início das construções, vinda de todos os quadrantes desde o poder político à comunicação social, todos se lembram de que o Presidente da República queria que as famílias passassem o Natal de 2017 já nas suas casas, conseguimos que em menos de seis meses, pelo menos cinco famílias passassem o Natal debaixo de telha o que já foi muito bom e as construções não ficaram mal. “Era tão instante e exigente que obrigou a uma entrega incondicional, sem horários, de quase todos os funcionários e colaboradores neste pequeno município do interior, naturalmente impreparado para um desastre com a dimensão que este assumiu. Como se recordam, foi quase caótico o ambiente que nos primeiros tempos se viveu.” Não ignoremos que havia quem quisesse passar um Natal de 2017 na casa reconstruída, isto é menos de seis meses depois, já em alguma casa reconstruída. Como sabem, o trabalho por nós desenvolvido está a ser reanalisado pela Comissão Técnica do REVITA e aguardamos as respetivas conclusões. Mas importa ter presente na análise das situações que as regras definidas em Regulamento do REVITA não tinham de ser coincidentes com as adotadas pelas instituições nossas parceiras neste vasto empreendimento solidário. A respetiva ação, sustentada em fundos próprios, foi presidida por critérios que não se resumiam à pura reconstrução do danificado. Houve outras necessidades a satisfazer, nomeadamente de cariz social ou humanitário, e até preocupações de requalificação urbanística. Porque infelizmente a maioria das casas que arderam foram das pessoas mais pobres no nosso concelho, disse, lembrando um ditado português que diz normalmente “o dinheiro corre para onde há dinheiro”, corre para os ricos e aqui a miséria corre para quem era miserável, para quem era pobre, foi isso que eu apurei, as casas eram habitações miseráveis, sem casa de banho, sem cozinha, sem nada. Aquela que a Fundação do Benfica reconstruiu, em Vila Facaia era uma casa só com quatro paredes onde se fazia tudo, era a cozinha, era o quarto, era a sala. Aqui a Fundação Benfica entendeu reconstruiu em caráter social. Porque as pessoas que ali habitam, tinham problemas de saúde graves. É isso que quero dizer de com cariz social ou humanitária. Eles podem fazer isto, estas instituições. O REVITA já não tanto. E até preocupações de ordem urbanística existiram por parte destas instituições, principalmente nas sedes de freguesia que precisam de ser recuperadas urbanisticamente. E não existe da parte destas instituições qualquer reparo ao trabalho feito, com modéstia, com alegria e com sabedoria, arrançando os melhores empreiteiros, os melhores engenheiros projetistas para que as casas tivessem dignidade, para que as pessoas que as foram habitar, as habitassem, enfim, com alegria, esquecendo as tormentas de há um ano. Estamos convictos que tivemos o nosso melhor e que todos os envolvidos trabalharam com seriedade. Não podemos por isso aceitar que fique um cêntimo por esclarecer. Estamos disponíveis para dar neste momento todos os esclarecimentos possíveis, eu e os técnicos aqui presentes. Nosso compromisso é com a verdade e com a defesa do bom nome dos pedroguenses. Obrigado por me terem ouvido. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, Dr. António Tomás Correia perante os aplausos vindos do público e pediu contenção pois de acordo com o Regimento, não devem existir manifestações de aprovação ou de reprovação, portanto pedia a todos os presentes que se contivessem no sentido de se respeitar o Regimento de Funcionamento da Mesa da Assembleia Municipal. -----

O Presidente da Assembleia Municipal perguntou ao Presidente da Câmara Municipal de Pedrógão

Grande a quem pretende passar a palavra. Tomou a palavra a Vice-Presidente, a Dra. Margarida Guedes que se dirigiu aos presentes, para fazer uma declaração: “De acordo com a lei, os vereadores, só podem intervir na Assembleia Municipal por solicitação do Sr. Presidente da Câmara ou para defender a sua honra, pois, é de honra que trata a minha intervenção e, desde já, agradeço, Sr. Presidente por me conceder a palavra. Nestas últimas semanas fui, enquanto Vice-Presidente desta autarquia, manchada, no meu bom nome, aplicada de diferentes adjetivos, sendo ladra o mais leve de todos conforme pode ser comprovado por alguns documentos que aqui trago. Exigindo-me que devolva o montante desviado às vítimas dos incêndios e que supostamente me teria apoderado indevidamente e muito, muito mais, motivados por notícias e reportagens, vindas a público, como certamente se recordam. Quem fomenta falsas notícias está a roubar, sim, a roubar tempo de trabalho necessário ao fim para o qual fui mandatada e que me impede de exercer as funções que o cargo me exige. Difamações e injúrias são punidas por lei e a justiça se encarregará daquilo que lhe compete. A mim, compete-me esclarecer todos e cada um que enquanto pessoa e autarca nunca tive acesso ao mais ínfimo montante em dinheiro, nem tinha que ter. Os generosos donativos dos portugueses estão a salvo de hipotéticos e maldosos saques do executivo municipal só, gentes pedroguenses ou não, dotados de ardilosos esquemas para manipulações de pessoas crentes e incautos das mais vis formas de manchar a honra e a dignidade de quem trabalha e se dedica à causa pública e ao bem-estar das populações que neles depositou a sua confiança. Deixo aqui neste espaço de democracia o meu mais profundo pesar pela leveza das palavras pela força das más suposições que enlamearam a honra das pessoas, que destrói o bom nome das terras e fomenta a desconfiança num País. Tenho tanto direito a exigir respeito como dever de denunciar a falta de ética pois na vida, não vale tudo. Muito obrigado.” Terminou agradecendo ao Sr. Presidente.” O Presidente da Assembleia Municipal voltou a pedir ao público que não se manifestasse, pois já tinha feito esse pedido, inicialmente. O Presidente da Assembleia Municipal refere que não se pretende um quadro de apoio e de desapoio. Agradece que o público, não se manifeste. -----

O Presidente da Câmara dirigiu-se aos presentes anunciando que vai ser apresentado um conjunto de slides, onde irá ser apresentado o trabalho realizado ao longo deste ano de “pós tragédia” de forma sucinta. -----

Os técnicos, após as condições necessárias iniciaram a apresentação que foi dirigida pelo Eng.º Álvaro Lopes, técnico do GORR (Gabinete Operacional de Recuperação e Reconstrução) que se apresentou aos presentes, cumprimentando o Presidente pela oportunidade de esclarecer os presentes através da apresentação. -----

Inicia a apresentação através do slide nº 1 onde se apresenta o território de Pedrógão Grande e a percentagem de área ardida. No slide nº 2, apresentam-se as entidades que inicialmente fizeram o levantamento no terreno, após o fogo. No slide nº 3, apresentaram-se as áreas ardidas do concelho por setores (área ardida, habitações ardidas, empresas afetadas, floresta ardida e barracões agrícolas). No slide n.º4, apresentaram-se dados das empresas, fornecidos pela CCDR-C, bem como o valor dos projetos submetidos a aprovação. No slide n.º5, refere-se à agricultura com dados dos três concelhos envolvidos com os valores envolvidos. No slide n.º6, apresentaram-se, o número de anexos agrícolas registrado, por freguesia do concelho de Pedrógão Grande dos proprietários que reportaram perdas no GORR. No slide n.º7, encontra-se enunciado o funcionamento REVITA e o funcionamento a nível das doações. (www.fundorevita.pt). No slide n.º8, refere-se ao funcionamento do REVITA no que respeita à origem dos fundos. Neste contexto uma parte significativa dos donativos foi canalizada para o fundo REVITA, outra parte significativa, foi encaminhada para as instituições privadas, a exemplo: a Cáritas Portuguesa, a

União de Misericórdias Portuguesas, a Fundação Calouste Gulbenkian, a Cruz Vermelha Portuguesa, a SIC Esperança e a Mota Engil que decidiram não canalizar as verbas que receberam para o Fundo REVITA tendo optado por fazer a própria gestão de donativos diretamente. Deste modo, apesar da origem dos fundos ser a mesma, ou seja, os donativos dos portugueses a gestão do Fundo REVITA é pública e a gestão dos apoios por parte de outras instituições é privada. No slide n.º 9, apresenta-se o levantamento de danos feito onde se apurou que arderam trezentas e treze (333) habitações. Habitações recuperadas por todas as entidades cento e quarenta e três (143). Habitações com seguro, oitenta (80). Slide nº10 – apresenta-se o estado das intervenções: em execução quarenta e sete (47); concluídas (109) o que perfaz um total de cento e cinquenta e seis (156). No slide n.º 11 apresentam-se as habitações contabilizadas na CCDR-C. No slide n.º 12, continua-se a apresentação das habitações contabilizadas na CCDR-C. No slide n.º 13, continua-se a apresentação das habitações contabilizadas na CCDR-C. No slide n.º 14, continua-se a apresentação das habitações, contabilizadas na CCDR-C. No slide n.º 15, continua-se a apresentação das habitações, neste caso as não contabilizadas na CCDR-C. No slide n.º 16, o Eng.º Álvaro Lopes Pede desculpa porque passou ao slide n.º 15 pois refere que o slide n.º 16, o último irá ser apresentado pelo Sr. Presidente da Câmara. O Presidente da Câmara Municipal de Pedrógão Grande intervém falando sobre o referido slide nº16 que apresenta a conta solidária aberta pela Câmara Municipal, poucos dias depois do incêndio no sentido de cativar alguns fundos também para a ajuda aos incêndios. Refere que esta conta se mantém intacta, sem ter tido qualquer movimento. Em termos de donativos financeiros para a Conta Solidária “Incêndios 2017” este é o valor que temos presentemente trezentos e quarenta e sete mil e vinte euros e quatro cêntimos (347.020,04). Já foi solicitado ao Banco BPI um extrato completo e, em documento único, para ser colocado na internet e para estar visível para todos. É de realçar que desta conta já foram retirados dois mil e seiscentos euros (2.600€) na medida em que o donativo da Ordem dos Veterinários com que a Câmara Municipal de Pedrógão Grande celebrou um Protocolo em fevereiro de 2018, já foi posto em prática, na ajuda ao restabelecimento das perdas animais. Ajudamos numa primeira ação, vinte e uma pessoas, entregando-lhes animais num total de 52, no valor já referido. O Protocolo encontra-se disponível no *site* da Câmara Municipal de Pedrógão Grande e haverá uma segunda ação a qual aguardo que as condições climáticas estejam mais adequadas para a recolha e entrega dos animais às pessoas que requisitaram este apoio. Destaco por fim que nenhum valor desta conta foi alguma vez utilizado para cobrir qualquer despesa, fosse ela de voluntariado ou outra. Tem sido sim preservado no sentido de conseguimos colmatar uma das grandes lacunas que verificamos nos apoios, mais especificamente nos apoios de construção de anexos agrícolas destruídos pelo incêndio. Castanheira de Pera e Figueiró dos Vinhos fecharam as suas contas (treze mil euros) quer em cada um que entregaram ao REVITA. Na Câmara Municipal optou-se por manter a conta, ainda hoje aberta. Ainda há menos de um mês veio uma verba dos Açores (cinquenta mil euros). Era minha intenção ver se conseguia elevar este valor mais quatro ou cinco vezes para poder ajudar na totalidade dos barracões agrícolas. Mas atendendo a esta polémica que foi levantada com certeza que já não vou conseguir. Era minha intenção ir até ao estrangeiro para conseguir mais quatro ou cinco vezes este valor para ajudar os pedroguenses. Assim quero vos dizer que não houve nenhum desta conta. A conta está a espera de receber mais algum. A ver se ainda conseguimos, a ver se os portugueses considerem que não houve de nós como não houve. A ver se conseguimos aumentar esta conta, se não conseguirmos aumentar esta conta. Se não conseguirmos vamos criar um regulamento para ela e com a decisão da Câmara Municipal dos senhores vereadores e do Presidente da Câmara arranjarmos forma de distribuir este dinheiro pelas vítimas que perderam os seus barracões cujo levantamento foi feito pelo Ministério da Agricultura. Obrigado. O Presidente da

Assembleia Municipal questionou o Presidente da Câmara Municipal se nesta fase tem mais algum esclarecimento a prestar por si, ou por quem entender ao que o mesmo respondeu que não. Que posteriormente poderá esclarecer os senhores deputados de aquilo que entenderem, se o Sr. Presidente da Assembleia Municipal assim o entender, também ao que o mesmo refere que se encontra ali para acompanhar e dirigir os trabalhos na melhor ordem. -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal entende que, por conseguinte, é chegado o momento de passar a palavra aos senhores deputados municipais pelo que aguarda as inscrições por favor. Inscreveram se para usar da palavra cinco deputados municipais. O Presidente da Assembleia Municipal aproveita o momento para corrigir um lapso, cumprimentando o deputado Heitor que se encontra presente na plateia e agradece a encorajadora presença do mesmo, para a Assembleia Municipal, e para as gentes do concelho de Pedrógão Grande. Para a inscrição e ordem de lugar tem deputado municipal Luís Paulo Pereira Fernandes e o deputado Municipal Ivo Fernando Pais Pereira o deputado municipal Rui Miguel Morgado Capitão e a deputada municipal Nélia Maria Henrique Alves. -----

O deputado municipal Luís Paulo inicia usando da palavra e cumprimentando os presentes, referindo que considera esta a Assembleia mais importante deste concelho e é nesta Assembleia que crê que têm de se resolver os assuntos e dar uma imagem para o País se efetivamente tudo o que se diz, tudo o que se escreve, corresponde à verdade ou não. Entente que é de hoje a oportunidade de o Sr. Presidente da Câmara e do Sr. Presidente da Assembleia Municipal reconhecerem os erros, ou não. Refere que na sua opinião ter ouvido, publicamente que estes problemas quando se começaram a levantar eram problemas de “invejas e de mau perder de eleições” ficou triste porque entendeu que essa é uma “desculpa esfarrapada”. Como deputado da Assembleia afirma ter recebido inúmeras denúncias. Refere que deste abril, muita gente que não conhecia de Pedrógão Grande tem denunciado com fotografias de casas, que pedem auxílio para que denuncie nas Assembleias Municipais o que se está a passar, na reconstrução. E o que ouviu, entretanto, foi o Sr. Presidente assumir que estes casos só podiam vir de mau perder de eleições e de pessoas com inveja. Julga ter sido isto que foi dito. Afirma que o entristece como pessoa e como empresário com sede em Pedrógão Grande e afirmou que atualmente, tem vergonha de dar o seu número de contribuinte. Refere que por onde passa com a sua empresa tem que lidar com os comentários menos favoráveis das pessoas quando descobrem de onde é e que tem dificuldades em gerir as perguntas e os comentários que lhe dirigem. Afirma que os pedroguenses estão a pagar esta fatura e que vão pagar para o resto da vida. Ou isto fica transparente ou então vale mudar a sede social. A nossa sede social. Refere que pelo País inteiro quando tem de licenciar os seus carrocéis, sente vergonha. A culpa é da Ana Leal, é do Expresso? É da Visão? A culpa é dos media? Refere que desde abril e maio que há denúncias e pedem ajuda, solicitam reuniões à Câmara, à concelhia do PSD, trazem relatos de família, ouve as pessoas na televisão referir que foram ensinados a preencher os papéis. Está a ir direto ao assunto. Refere que hoje, aqui já deveria como pedroguense ter ouvido que talvez a Câmara Municipal de Pedrógão Grande ou o Fundo REVITA decidiram auxiliar na reconstrução de casas devolutas. Porquê? Porque Pedrógão Grande nunca foi auxiliado. Porque nunca o interior foi auxiliado. Se não foi reconstruída nenhuma casa que tivesse ardido e como está gravado, como foi votado então amanhã as entidades terão de ir ouvir a jornalista Ana Leal e outros jornalistas, porque efetivamente terá sido tudo mentira. Está a tratar-se da verdade. Se tudo for efetivamente assim, será o primeiro a defender Pedrógão Grande e a assumir que somo sérios. Senão corresponder à verdade, andamos aqui a ser difamados, é grave e afirma que não acredita que o Sr. Presidente da Câmara, nem a Sra. Vice-Presidente tenham ficado com um cêntimo, não acredita, não ficaram com, nem um cêntimo. O que é dito é sobre a

política da decisão. E quem assina os requerimentos é o Sr. Presidente da Câmara, quem faz parte da coordenação do REVITA é o Sr. Presidente da Câmara Municipal e na última Assembleia Municipal o Sr. Presidente é testemunha que disse que tinha de se criar uma comissão para analisar estes casos. Refere que fez um requerimento ao Sr. Presidente da Assembleia, com o devido respeito e, é da verdade que se trata pedindo, a isenção dos prédios que tinham ardido e sido destruídos em 2017. Foi ignorado. Agora diz perceber porquê. Porque queria que as pessoas não pagassem os impostos dos artigos e dos eucaliptais, que tinham ardido não tinham as coisas não tinham que pagar impostos. O Governo foi dizendo que era da competência das Câmaras essa decisão, de isenção ou não dos impostos do IMI. Foi ignorado porque o Sr. Presidente da Assembleia e, muito bem não quis cometer ilegalidades de isentar não tendo poder para isso e o Governo não era esclarecedor. Refere o seu espanto sobre as notícias de casas que estavam a ser reconstruídas e quando nem eram habitadas. Refere que andou a pedir isenção de IMI para os prédios que tinham ardido a pensar que estava a ajudar e a auxiliar. Refere que na última Assembleia Municipal, mesmo antes da reportagem da Visão caso, a caso, da grave denúncia que os senhores Presidentes da Junta quiseram e que pediram para registar em ata. E que os Presidentes da Junta de Vila Facaia e da Graça disseram e, é testemunha disso, que não eram recebidos em reunião desde 2017. Se os Presidentes de Junta que agora são acusados, porque efetivamente familiares seus foram beneficiados não são recebidos para reuniões, nem são recebidos para ir ao REVITA, o que é que estão a fazer se foram eleitos democraticamente qual é afinal a função deles, questiona. O Presidente da Assembleia Municipal interrompe o deputado municipal Luís Paulo e pede-lhe que se cinja ao ponto da ordem de trabalhos. Ao que o Deputado responde que não está ali para inflamar nada, que só quer ir direto aos assuntos. Cada dia que passa diz, é uma guerra desleal. O que pede como Deputado Municipal é que se peça às entidades policiais que acelerem o processo acerca destes assuntos para que sejam esclarecidos os assuntos sobre as dúvidas levantadas. Lamenta que estes assuntos tenham chegado ao ponto que chegaram devido à falta de empenho em resolver as dúvidas iniciais. Se há erros há que os assumir. Quem os cometeu tem que os assumir e não se pode esperar, nem mais um dia. O País considera que isto é uma guerra desleal pois os portugueses confiaram em nós. Pede desculpa pelo seu alongamento na sua primeira intervenção. O Presidente da Assembleia Municipal pede ao público presente para não se manifestar com aplausos pois assim será obrigado a tomar medidas complicadas. Há que cumprir o Regimento da Assembleia Municipal. Prossegue dizendo que no momento próprio o público usará da palavra, se for caso disso. Refere que já é a terceira vez que faz esta advertência. Pede compreensão aos presentes para respeitarem o bom funcionamento da Assembleia. O Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra ao Deputado Ivo Fernando Pais Pereira que prossegue cumprimentando a mesa e os colegas de bancada, os presentes e os órgãos de comunicação social. Passa ao ponto crucial da questão referindo que não irá entrar em detalhes mas que após consulta na passada sexta-feira aos processos que foram referidos na imprensa e que foram badalados devido às questões conhecidas, refere a oportunidade que teve de os ver e agradece ao Sr. Eng.º Álvaro, técnico do GORR pelos esclarecimentos úteis, claros e concisos, às dúvidas colocadas. fez uma interpretação global do que teve oportunidade de esclarecer e tem que dizer que não irá efetuar qualquer julgamento. Nem de todo, nem em termos pessoais acredita que ninguém aqui presente é responsável pelos processos de reconstrução das casas e da tragédia que nos assolou, acredita piamente que ninguém a título pessoal tenha sido favorecido. No entanto perante toda a panóplia que teve a oportunidade de analisar e perante todo o trajeto percorrido enquanto Assembleia tem que apontar algumas coisas enquanto referentes ao voluntarismo e vontade da Assembleia de ajudar que talvez não tenha chegado da melhor forma ao

executivo, recordando todos os pedidos de esclarecimento feitos, já anteriormente mencionados. Refere que processo a processo, a interpretação que apurou é que existia muita vontade de resolver as coisas rapidamente e de ajudar os pedroguenses, sem dúvida, mas considera que houve algumas coisas que não foram salvaguardadas. Nos processos que analisou não estão, a maioria deles devidamente instruídos. Talvez o GORR devesse ter estado permanentemente com um jurista que interpretasse legalmente aquilo que dizia lá, relativamente à instrução dos processos de todas as pessoas que foram afetadas pelo incêndio. Nas casas de primeira habitação deveria ter sido instruído com o processo, o comprovativo de morada fiscal e a fatura da luz. Falta à maioria dos processos que analisou o comprovativo de morada fiscal, tem a pleno à vontade para o afirmar porque sabe enquanto jurista interpretar o que diz a lei. Considera que faltou exigência formal aos processos, perante isso, tudo o que possa acontecer, considera não ser discutível mais nada. Gostava de obter algum esclarecimento do Sr. Presidente da Câmara. Agradece a oportunidade para perante a Assembleia Municipal falar sobre o assunto e agradece a presença de todos e o manifesto interesse de todos.-----

O Presidente da Assembleia Municipal passa a palavra ao deputado Municipal Rui Capitão que cumprimenta a Mesa e os presentes bem como os órgãos de comunicação social. Começa por fazer uma declaração prévia e pessoal e considera que esta é porventura a segunda Assembleia Municipal mais difícil da sua vida enquanto eleito local. A primeira foi efetivamente a seguir ao dia, 17 de junho de 2017 e esta é efetivamente a segunda, por razões diversas estando em causa o bom nome de Pedrógão Grande. Fala em alguma sensibilidade também democrática e institucional e não só para referir que, em primeiro lugar foi também consultar os processos e toda a documentação que foi adiantada, e entregue para consulta e agradece ao funcionário da Câmara Municipal de Pedrógão Grande, David José e ao Eng.º Álvaro Lopes do GORR todas as indicações que lhe deram. Afirma que jamais irá revelar nesta Assembleia Municipal qualquer conteúdo do estudo que fez aos processos. Refere que este não é o órgão nem o local para essa análise muito menos quando em cima da mesa já existe a intervenção do Ministério Público e a consulta dos processos e que esta é a única entidade em Portugal que deduz ou não aonde se fazem julgamentos. Discorda totalmente de todos os julgamentos sumários que têm sido feitos neste concelho seja na pessoa dos elementos do executivo, discorda de todos os julgamentos sumários a que o nome de Pedrógão Grande está a ser sujeito porque afirma que “Uma minoria não define uma maioria.” Discorda de todos os julgamentos sumários que estão a ser feitos aos autarcas e com responsabilidades políticas neste concelho. Porque se as responsabilidades vierem a ser apuradas devem ser julgadas nas devidas instâncias. O que está em causa é um apuramento que não cabe a esta Assembleia, a não ser os eventuais julgamentos políticos. Mas, afirma que perante esta Assembleia Municipal e os órgãos de comunicação social já é tempo de por um basta e deixar de envergonhar o nome de Pedrógão Grande e refere que não irá contribuir para esse espetáculo. Refere que as explicações dadas não deviam ter sido feitas como aconteceu para o público e para os órgãos de comunicação social e sim, para os Deputados Municipais porque são estes que fiscalizam a entidade municipal deste concelho. Lamenta aquilo a que assistiu e refere que não esclareceram absolutamente em nada, sob o seu ponto de vista. A sua maior crítica é a necessidade de explicar e justificar e, esta explicação perde por tardia. Agora não podemos escamotear a questão, o que aqui está em causa não é discutir se o fundo A, B, C ou D, o construiu o que aqui está em causa é um processo decisório numa comissão técnica que está patente em todos os processos decisórios e é preciso saber se houve ou não houve alguma irregularidade e se há ou não há, alguma responsabilidade mas isso não cabe a esta assembleia apurar. Os eventuais juízos políticos podemos nós fazê-los, mas entende que perante esta assembleia e perante os olhos da comunicação social basta de

envergonhar o nome de Pedrógão Grande. Refere que vai contribuir ativamente para este espectáculo. Existem órgãos próprios onde essa responsabilidade vai ser discutida. As explicações nesta assembleia deviam ser para os deputados municipais e não para a comunicação social nem para o público. É para os deputados porque são estes que fiscalizam a atividade municipal neste concelho. Afirma que o que assistiu não explica, absolutamente nada do seu ponto de vista, mas, acrescenta é a única crítica ou grande crítica que faz que é necessário justificar e explicar aquilo que se tentou fazer. E se é uma explicação, peca por tardia quando as primeiras suspeitas começaram a ser veiculadas nos órgãos de comunicação social porque já o eram localmente. Aí o executivo foi incapaz e tenho de justificar, foi incapaz de esclarecer contribuindo para aumentar a desconfiança e a suspeita. Mais grave que uma responsabilidade, seja administrativa seja penal seja de outra índole, nomeadamente de índole política são os problemas de vizinhança, os problemas entre as pessoas que esta suspeita generalizada está a trazer sobre esta pequena vila. Já somos muito poucos, se continuamos mais divididos ainda, qualquer dia vai haver problemas graves, talvez até de confronto físico entre amigos e entre munícipes. Não tem dúvidas disso. É necessário que as instâncias com responsabilidade penal e de investigação criminal investiguem. É fundamental que o órgão executivo esclareça essas entidades bem como aos senhores deputados e vão fazê-lo, não tem dúvidas que o vão fazer. Agora é preciso distinguir algo que é fundamental e que nunca foi explicado. Assistimos após o incêndio de 17 de junho de 2017 ao maior contrato de solidariedade nacional a que o País assistiu. Não há contrato social igual em Portugal, o nosso foi o primeiro. E nós temos de saber honrar esse compromisso e não podemos confundir aquilo que são alguns casos de suspeitas com a condução desses processos e a análise desses processos não nos cabe a nós analisar a partir do momento em que a entidade competente está no terreno para analisar e para generalizar. Para rotular toda uma comunidade como sendo de ladrões, vigaristas, aproveitadores e etc. Assim como não há justificação da sua parte para rotular, quer os membros do executivo, porque eu posso criticar e tenho o direito de criticar o cargo, e de criticar a função de, criticar a opção tomada, mas não posso acusar as pessoas, as pessoas também têm a sua dignidade como nós próprios temos, e esta dignidade também a têm os próprios requerentes dos processos de reconstrução ou construção que requereram esses eventuais apoios. Se o deveriam ter requerido ou não sou eu que vou julgar isso. Eu não posso julgar isso agora eu tenho é o dever ou o direito de não me calar quando conheço um fato concreto e foi isto que este PSD tentou fazer na Assembleia Municipal de 13 de julho. Trazer para a ribalta as dúvidas em termos democráticos da Assembleia Municipal aquilo que já andava a rolar quer em redes sociais quer na praça pública. Por isso repete que é necessário justificar isso mesmo e que não consegue compreender como é que uma questão tão simples como justificar uma conta bancária com trezentos e quarenta e sete mil, vinte euros e quatro cêntimos, só agora passado oito meses é que é justificada. Uma coisa tão simples. Quando a comunicação social levanta a suspeita e a insinuação andou e fez, corre milhares de letras de jornais sobre essa questão. Há que respeitar e justificar pois não estamos a falar propriamente de dinheiros públicos com excepção do Fundo REVITA, mas temos a obrigação pois foi dinheiro de donativos, nós não podemos violar esse contrato, temos de justificar a quem deu esse dinheiro aonde é que as coisas foram investidas aonde é que o dinheiro foi investido. As pessoas neste momento não duvidam que as coisas foram feitas, mas duvidam é do que foi feito. As pessoas duvidam é se aquilo que foi feito o deveria ter sido feito. Mas essa actualmente é matéria reservada aos órgãos jurisdicionais e com responsabilidade penal e outros até neste País. Termina dizendo que esta é de fato uma das suas intervenções mais difíceis porque repte é uma comunidade muito pequena aonde nos conhecemos todos e é difícil para si poder fazer um juízo de valor de um conhecido seu, sobre um amigo

seu é algo que considera muito atroz. Neste momento a suspeita está levantada e incide sobre toda a gente e isto tem de ser desmistificado e entende que devemos contribuir ativamente para isso, e não lançar mais “achas para a fogueira”. Contribuir ativamente a falar com a verdade, esclarecendo com a verdade e sobretudo pensando no futuro. Como é que vamos repor o dano de imagem que foi criado a este concelho? São necessárias medidas para isso e nós estamos aqui na segunda volta até para apresentar algumas propostas concretas aonde isso poderá ser feito. Repete que não concorda nem aceita que aqui se fale de casos concretos sujeitos a investigação do Ministério público e não concebe que os mesmo sejam trazidos à assembleia Municipal e vai contra a disciplina política que estabelecemos perante esta Assembleia Municipal e afirma que para o futuro tirará as suas relações pessoais. O Presidente da Assembleia Municipal agradece e a passa a palavra à deputada Municipal Nélia Alves a qual se dirige aos presentes cumprimentando os Presidente da Assembleia, a Mesa da Assembleia, o executivo os deputados, o público e a comunicação social. Afirma que passado um ano sobre uma tragédia de que não há memória no nosso território que não há memória em Portugal, estamos em Pedrógão Grande numa Assembleia Municipal extraordinária a discutir um tema tão sensível como a aplicação de fundos doados a diversas instituições para a recuperação do património habitacional na sequência dos fogos de 2017. O grande incêndio que deflagrou em 17 de junho de 2017 que começou numa aldeia dos Escalos Fundeiros que teve a dimensão que teve, os mortos que teve, os feridos que teve as casas ardidas as empresas atingidas enfim uma tragédia de que não há dimensão. A seguir a esta tragédia seguiram-se donativos, uma onda de donativos de que não há memória. Portugal inteiro foi crente com estas populações seguiram-se eventos solidários, donativos de vários géneros, enfim, todos quiseram ajudar Pedrógão Grande e afirma que passado um ano ninguém imaginava que estivéssemos aqui em Pedrógão Grande a discutir algo de tão materialista como estamos aqui a fazer, com uma tragédia desta dimensão. Por isso pessoalmente, afirma irá fazer um pedido de desculpas às famílias das vítimas, vítimas que perderam muito mais do que a sua casa e pelo fato de Pedrógão Grande, neste momento estar a ser transformado em algo tão sensível e material. Também, afirma tem de pedir desculpa a todos aqueles que doaram por uma causa e essa causa estar aqui e por estes últimos tempos a ser posta em causa. São ondas de suspeitas e digo suspeitas, não se sabe, mas antes de começar a analisar o que quer que seja temos de contextualizar e pensar no que foi feito há um ano atrás. O que é que as pessoas de Pedrógão Grande que ninguém estava preparado para uma tragédia destas, nem Portugal estava preparado teve que montar, teve que fazer e acredito no esforço louvável de todos os funcionários e repete de todos os funcionários que dignamente tiveram que atender ao sofrimento das pessoas, à dor, acudir a este sofrimento imenso e tiveram que trabalhar, tiveram que inventariar, tiveram que ir para o terreno. É muita dor, não podemos esquecer este louvável trabalho. E isto é contextualizar, foi há um ano atrás não é hoje. Hoje temos mais lucidez, temos mais clareza, pensamos mais. Não somos tão emotivos. Se esse trabalho foi bem feito, se esse trabalho foi bem conduzido, se esse trabalho dignificou Pedrógão Grande foi o trabalho possível foi o trabalho que se conseguiu. Foi o melhor trabalho que se conseguiu apurar e fazer. Mas as suspeitas foram levantadas, os boatos começaram a correr, primeiras as redes sociais, e depois nós, em sede da assembleia de julho foi apresentado um requerimento onde se, enfim, evidenciavam algumas denúncias e suspeitas. Há casos sensíveis eu também consultei um processo porque não tive tempo para consultar mais, eu não me vou pronunciar, o processo estava bem documentado e nada mais irei dizer porque se aqueles processos para as entidades competentes levantaram dúvidas as dúvidas têm de ser em instâncias próprias acauteladas e aí se tirarão as conclusões necessárias. Não somos nós, não somos nós deputados, não é a comunicação social, não é o público no

geral que tem de concluir. São as instâncias próprias é por isso que elas existem, então temos de deixar que elas trabalhem. Só podemos é pedir celeridade, isso sim temos o dever e podemos até ajudar nessa missão. Mas também quer salientar muita coisa, das várias casas, não só falar do que está mal feito porque ele não sabe se estará mal feito ou não, mas vamos àquilo que está bem feito. Duzentas e sessenta habitações. Foi apresentado aqui uma apresentação que nos deu alguns números. Cento e cinquenta e seis casas concluídas em tão pouco tempo, então trabalhámos muito porque talvez noutros municípios isto não aconteceu e a tragédia lá, também foi de grande dimensão, então se calhar aqui trabalhámos bem. Temos é de saber o que correu menos bem, é isso que temos de procurar. Mas também não pode deixar de lamentar, os pedidos de esclarecimentos e esses esclarecimentos sim, podiam ter sido dados antes e esses esclarecimentos teriam evitado o que hoje estamos aqui a discutir, teriam evitado reportagens indelicadas e esses sim, esclarecimentos devem ser dados porque vivemos num País e num mundo de globalização e todos nós temos de ter esclarecimentos, bons esclarecimentos e isso sim, lamento que o executivo não o tenha feito atempadamente como o fez hoje. Também quer dizer algo de importante, Pedrógão Grande e os seus habitantes, isto é uma população pequena. Não aproveitámos esta oportunidade e estamos a fazer a diferença, mas é uma diferença negativa muito negativa, muito má mesmo. Pedrógão Grande está rotulado como sendo de vigaristas, mentirosos, aproveitadores. Mas Pedrógão Grande não é assim, as gentes de Pedrógão Grande não são assim. Somos humildes, somos trabalhadores, somos de coração cheio e tudo o que foi feito foi feito em prol da ajuda a estas pessoas, destas populações. Então temos de fazer o escrutínio destas situações. Agradece a consulta do processo que fiz ao Sr. Eng.º Álvaro onde pode acompanhar um bocadinho do trabalho do GORR e afirma que os quatro técnicos que pertenceram ao GORR devem ter trabalhado muito para instruir aqueles processos. A pressão de trabalhar da comunicação social e com o Sr. Presidente da República a dizer que as famílias tinham de estar no Natal nas suas casas. Perante esta pressão toda o sofrimento e trabalhar nestas condições é muito difícil e isso tenho de aplaudir. Mas volta a referir que há que esclarecer os pedroguenses e esta assembleia serve para isso, esclarecer Portugal. Vamos esclarecer o que está mal se é que está mal, volta a frisar. Pede ao executivo que reponha a tranquilidade pois Pedrógão Grande tem de voltar a ser “a nossa terra”, tem de se dignificar Pedrógão, “do nosso coração” é por isto que se agora com esclarecimentos, como é vamos limpar esta imagem, como é que vamos voltar a erguer esta pequena Vila, como? Refere que não trabalha em Pedrógão Grande, mas é constantemente abordada” – És de Pedrógão?” todos olham para nós de lado, como referiu anteriormente o Deputado e afirma que “- Eu não quero mais isto!” sou jovem quero continuar a fazer parte desta vila deste município e quero orgulhar-me disso. Vamos dignificar o nosso município. Vamos trabalhar em conjunto e aqui não há cores partidárias vamos trabalhar em conjunto para erguer novamente este território. É isto só que pedimos é para isso que aqui estamos, nós como deputados no executivo, no conjunto. A população tem de se erguer novamente. Obrigada.-----

O Presidente da Assembleia passa a palavra ao Deputado Luis Manuel Piedade David que se dirige ao Presidente da Assembleia Municipal, aos Deputados, ao Sr. Presidente da Câmara e Vereadores e refere que não se pretende alongar no seu discurso nem repetir palavras já anteriormente proferidas. Concorde com muito do que foi dito e com muito do que não foi dito. Começa por referir o seu orgulho em ser pedroguense. Afirma que não tem vergonha de ser pedroguense. Nem aqui nem em lado nenhum, isso é o que eles querem que nós tenhamos, diz. Eu não tenho. Não tenho medo. Que isso fique frisado e pensa que os seus colegas também não o devem ter pois a justiça serve para julgar, é para isso que serve a justiça. Agradece ao Presidente da Assembleia pela iniciativa desta reunião. E passa a ler a seguinte

declaração de voto do Partido Socialista.-----

“DECLARAÇÃO DO PARTIDO SOCIALISTA: Começa por agradecer ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal pela iniciativa desta reunião e que como parte do órgão querem ouvir e ser ouvidos, os pedroguenses esperam respostas e os portugueses merecem ser esclarecidos. O clima de desconfiança gerado à volta deste território, a descrença no poder local e sobretudo o sentimento de eventual desonestidade dos pedroguenses face à imensa generosidade dos portugueses, é assunto demasiado sério para ser descurado. Merece, pois, uma discussão aberta, franca e democrática e sem laivos de pretensos aforismos políticos. Num território que tem sido exposto às mais diversas intempéries, quer políticas, quer naturais, é imperioso o enfoque nas potencialidades que podem contribuir para a inversão dos “chamados territórios deprimidos”. Ter orgulho em ser pedroguense, português ou outro qualquer adjetivo territorial é querer manter o rumo, é unir esforços, é saber respeitar as diferenças é, além de mais, uma forma de estar. A Deus o que é de Deus, a César, o que é de César, serve os propósitos desta nossa humildade intervenção nas responsabilidades que a cada um caberá, quer por atos ou palavras, na certeza de que as vítimas dos incêndios de 2017, sejam elas de que grau forem, aumentaram em número e em tipologia se a suspeição não for debelada e a confiança restabelecida. Somos um território quase desertificado, industrialmente debilitado, ciclicamente devastado por catástrofes naturais ou provocadas. Fica-nos, contudo, a honradez de homens e mulheres que nos escolhem e que confiaram na sensatez as nossas decisões. Não estamos aqui em nome individual, mas em nome de um projeto: servir com dignidade as nossas populações. É nesse princípio, que à margem de desabafos especulativos devemos enaltecer todos os que contribuíram com a sua generosidade, quer pessoas singulares, quer instituições de solidariedade social ou de economia social, para a reconstrução das vidas e muitas vítimas pedroguenses e que terão que ter a certeza de que não foi vão o seu nobre e desinteressado gesto. Por isso mesmo, esta apresentação de esclarecimentos é um direito e um dever que esperemos que crie condições para reiniciar o ciclo quebrado por alguns rudos inoportunos e crie as condições que as nossas gentes necessitam e merecem para colocar as suas vidas em ordem. Os deputados do PS. 10.09.2018”. ----

- Afirma que tudo esta situação o toca profundamente porque também foi um dos lesados e custa-lhe ouvir palavras feias requeridas por nós que queremos algum apoio. Uns bem outros menos bem, a justiça que apure isso. Tudo o que se fez foi em prol deste concelho, bem ou mal, foi em prol deste concelho. Pede desculpa aos presentes pela sua emotividade perante este assunto, mas refere que vai continuar. Todos nós pedroguenses todos, nós tivemos um caso na família se não fomos nós próprios, tivemos um caso na família, um primo, um tio, um avô que merecem que nós coloquemos as nossas vidas ao seu dispor. É isso que quer dizer, termina o seu discurso agradecendo a todos por terem escutados as suas palavras e agradece só quer o bem de Pedrógão Grande. Viva Pedrógão Grande. -----

O Presidente da Assembleia Municipal intervém informando que terminou assim a primeira ronda de intervenções nesta matéria e continua dizendo que é natural de Pedrógão Grande e que nasceu a três quilómetros da Vila e deixou de residir em permanência em Pedrógão Grande há cinquenta e sete anos. Ainda assim manteve ligação a esta terra e que tem muito orgulho em ser de Pedrógão Grande, tem um grande orgulho em ser pedroguense. E por isso aceitou e assumiu a actual grande responsabilidade. Refere as suas origens pedroguenses e sublinha o orgulho de ser de Pedrógão Grande e refere que saiu de Pedrógão Grande com cerca de quinze anos, mas que sempre regressou e manteve a sua ligação às gentes de Pedrógão Grande e que foram as mulheres e os homens de Pedrógão Grande que lhe transmitiram valores simples, mas valores para a vida. Valores que seguidos nos engrandecem e nos determinam a prosseguirem a defesa de princípio baseado em sociedade. Aonde a generosidade a

solidariedade e a capacidade de partilha, a capacidade de estar com os outros e atender os outros são absolutamente decisivos. Foram esses os valores que aprendeu enquanto pequeno, desde cedo. Confidencia que aos dez anos estava preparado para viver sozinho e, portanto, não é o enquadramento mediático de uma qualquer situação que põe em causa mais de meio século de ligação e vivência desta terra que põe em causa esses valores pois conhece-os bem. E esta Assembleia Municipal que foi convocada parece e, ao que parece, tivemos uma intervenção que deve ter pensado que isto foi um erro. O Presidente da Assembleia Municipal não é executivo e, portanto, não interveio nem intervém naquilo que é o desenvolvimento dos processos executivos. Refere que só é Presidente da Assembleia Municipal desde vinte e um de outubro de 2016 e estes processos começaram com os incêndios de 17 de junho. A única responsabilidade que lhe compete é conduzir os trabalhos em boa ordem citando as leis, os regulamentos e o regimento e dando a oportunidade para que todos, em liberdade possam usar da palavra num quadro de total liberdade. Sem medo. Sem medo de virmos aqui e falarmos perante os homens e as mulheres de Pedrógão e falarmos perante a comunicação social e discutirmos abertamente este problema que é um problema trágico para Pedrógão. Porque é um problema que está em completo desalinho com os nossos valores. E não podemos ter medo de dizer ao País, em direto, através da comunicação social, em dizer que não temos medo de discutir os problemas. As explicações podem não ter sido detalhadas, não foram com certeza dadas em tempo e certamente o Sr. Presidente entende já isto. Devíamos ter reagido energicamente desde o primeiro minuto em que se levantaram as dúvidas acerca de todo este processo de aplicação dos recursos provenientes da generosidade dos portugueses. Mas refere que não podemos agora, só porque não o fizemos em tempo deixar de estar aqui para falar sobre esse problema e aí ainda que a explicação possa não ser tão detalhada e tão completa, tão inteligível ou transparente, como queiram, há uma coisa que nenhum dos portugueses de boa-fé, que nenhum dos presentes de boa-fé pode deixar de considerar é que ao contrário do que pode correr na comunicação social a Câmara Municipal não recebeu fundos que esbanjou sem rigor, que aplicou sem rigor. A Câmara Municipal recebeu os tais fundos que acumularam os tais trezentos e quarenta e sete mil e vinte euros e quatro cêntimos. Mas têm-nos com um propósito, de servir os fins para que generosamente foram doados aos pedroguenses através da Câmara. E sabemos também que a generalidade dos fundos provenientes da generosidade dos portugueses foram canalizados para Instituições Privadas de Solidariedade Social, tais como a União das Misericórdias, a Cáritas Portuguesa, a Cruz Vermelha a Fundação Calouste Gulbenkian, etc. que são instituições em relação aos quais não temos o direito de colocar dúvidas naquilo que são os seus procedimentos essenciais. Depois uma parte que foi gerida com regras públicas foi canalizada para o Fundo REVITA. A Câmara Municipal teve aqui responsabilidades de acordo com o Regulamento do REVITA, aos fundos não aplicados pelo REVITA, as regras são outras, temos de concordar. A Câmara Municipal, e não está a defender a Câmara Municipal, não é esse o seu propósito, mas fala como pedroguense, a Câmara Municipal desempenhou através dos técnicos do GORR um trabalho notável sob uma pressão absolutamente difícil e num quadro de absoluta inexperiência em matérias desta natureza. Não crê que o País tenha tido experiências destas no passado desta natureza. Pedrógão Grande foi onde se experimentou e provou a adversidade do fogo que nunca ninguém provou neste País. Afirma que falando em mortes, crê que os únicos que poderão ser comparados são aqueles cerca de trinta militares que morreram cercados pelo fogo na serra de Sintra acerca de quarenta anos. E não encontramos no País um quadro de destruição urbana, para além da floresta, obviamente como aquele que ocorreu em PG. Por isso se percebe na perfeição que o Sr. Presidente da República, os diversos grupos parlamentares, os governantes, que quase diariamente a

Pedrógão Grande, vinham a pedir pontos de situação e reclamar para que no Natal, já toda a gente passasse o Natal nas suas casas. É natural que se tenha estabelecido aqui um quadro de confiança e naturalmente menos rigoroso, aqui ou ali, mas que tinha um propósito útil. Servir as mulheres e homens desta terra. Servir aqueles que sofreram na pele a maior provação. Foi esse o propósito. Não tem dúvidas e já foi aqui dito e agradece aos deputados municipais que intervieram as suas palavras, mas não tenham dúvidas, as pessoas que estavam no GORR trabalharam imenso, não tiveram horas, não tiveram dias, não tiveram semanas. Refere que ele próprio se deslocou ao GORR durante diversas vezes, trabalhava durante o dia e depois vinha à noite, durante vários dias para ver o que se passava. E sabia que as pessoas estavam assoberbadas em resolver os problemas. Agora podem ter a certeza que o dinheiro vindo da generosidade dos portugueses foi canalizado para a reconstrução. Numa base de confiança, das vítimas, porque os beneficiários, são vítimas. O que pode estar aqui errado, e é um assunto que nós não podemos perder de vista, é porque é que se recuperam só as primeiras habitações, porque é que não se recuperam as segundas habitações que são uma alavanca de sustentabilidade deste território que está abandonado há muitos anos, que os permite manter alguma economia em funcionamento durante alguns meses de verão. Considera que está mal não se reconstruírem essas casas e considera que nos devemos continuar a bater por isso. Em vez de nos batermos por aqueles que viram, eventualmente com irregularidade, não estou a dizer que as houve, em vez de os atacarmos, não defendemos antes aqui, em unísono todo o património urbano deste concelho ardido pela violência de um fogo que deve ser reparado. E esta é que é a questão, o País tem um dever de reconstruir e recuperar esse património e os órgãos autárquicos têm o dever de lutar por isso. Nós não nos podemos conformar com a ideia de que alguém que tem uma habitação secundária que ardeu, ou terciária que ardeu e que não tenha direito à reconstrução desse património. Poderá ser doutra forma e aí poderemos atender aos rendimentos de cada um e que tem mais rendimentos e tem uma conta choruda no banco, obviamente deve suportar uma parte dessa reconstrução. Mas há instrumentos ao nível do IHRU para fazer isso. A razão por que não se utilizaram os instrumentos ao tempo do IHRU e se criou o REVITA foi porque o IHRU obrigava a que se atendesse aos rendimentos, quando aquilo que estava em causa, era recuperar com os financiamentos e fundos todas as reconstruções. Portanto entende que agora em vez de dizer que “isto aqui está mal, não foi bem feito, ou “eu tenho vergonha de ser de Pedrógão” como se não acreditemos naquilo que se fez ou não tiremos conclusões daquilo que se disse que tem a certeza que o Presidente da Câmara a Sra. Vice-presidente e os vereadores não utilizaram um cêntimo, nem beneficiaram de um cêntimo. Isto não se valoriza, mas valoriza-se depois algumas irregularidades do foro judicial. Não nos arvoremos nós em juízes, não nos arvoremos nós em acusadores, porque primeiro não sabemos e segundo, não nos compete de acordo com a organização da nossa vida social e da nossa república estar a fazer esses juízos. Portanto não comunga da ideia, de que os pedroguenses são uns aproveitadores se “alguém andou de pé ligeiro”, como se diz na gíria popular, e se cometeu eventualmente irregularidades nós, os autarcas, da Assembleia Municipal, a começar pelo seu Presidente, seja a vereação a começar pelo seu Presidente sejam os responsáveis pela Junta de Freguesia nós devemos ser os primeiros a querer que isso se apure mas que se apure nas instâncias próprias com rigor para que não haja injustiças não podemos julgar ou debatermos por uma injustiça em cima de outra injustiça. E a grande injustiça foi o abandono a que esta terra esteve submetida durante muitos anos. Foi o abandono da nossa floresta, o abandono da nossa gente foi o abandono do nosso património e a única coisa que a tragédia teve como mérito foi de mostrar ao País que os responsáveis deste País no que diz respeito ao interior não estiveram à altura dos nossos anos de democracia. Temos um território interior, desertificado, abandonado, subdesenvolvido e um território

litoral que vai andando mais ou menos. Crê que a discussão está desfocada, a discussão deve ser no sentido de: há irregularidades? Não rejeitamos isso, não devemos colocarmo-nos aqui na posição de negar. Não se pode é transformar isso num problema. O problema é outro. Se há irregularidades o Ministério Público e os tribunais que acusem e julguem depois. Não somos nós que temos competência para isso, nem os órgãos autárquicos. Pede desculpa por se estar a alongar na sua intervenção, mas tem a obrigação enquanto Presidente da Assembleia Municipal de procurar centrar as coisas. E concentrem-nos naquilo que são os nossos direitos e não nos esqueçamos que o Estado é o garante de muitos direitos a começar pelos direitos sociais. Mas também pelos direitos que resultam na perda e vidas humanas e materiais, naturalmente, como já foi assim reconhecido, para as populações. Exijamos do Estado Central que promova essa recuperação, é aí que todos temos de nos concentrar e não em nos digladiarmos uns com os outros. A desconversarmos uns com os outros. Esse é o perigo que os nossos inimigos querem para dizerem que não virão mais fundos para Pedrógão Grande. E se nós estivermos divididos é óbvio que este fogo contra natureza vai campear e vai vencer. Temos de estar unidos em duas coisas: em reconstruir tudo, tudo. Se o património foi destruído tem de ser reconstruído, com regras diferentes para coisas diferentes, mas tem de ser reconstruído. Queremos a nossa floresta ordenada. Se deixarmos passar mais dois ou três anos vão ver como a nossa floresta vai estar, completamente desordenada. E daqui a dez ou doze anos vai arder tudo outra vez. Porque tudo ardeu neste território nos últimos quarenta e oito anos desta democracia. A única diferença é que não arderam casas, nem morreram sessenta e seis pessoas. Crê que quem não consegue focar-se desta forma está completamente errado. E se estão convencidos que é com radicalismos baratos que os problemas se resolvem, não contribuem exatamente para combater antes os pedroguenses, estes homens e mulheres da terra. É isso que resulta de intervenções radicais de intervenções que não sabem olhar para o essencial das coisas de intervenções que não se coadunam com a maneira de ser e de estar ao longo de uma história de quase 73 anos que eu conheço muito bem dos homens e das mulheres desta terra. Termina a sua intervenção e passa a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Pedrógão Grande começa por agradecer as palavras dos Srs. Deputados e refere que pouco mais tem a esclarecer além daquilo que inicialmente referiu e refere que considera algumas das palavras discursadas acertadas. Refere o Deputado Luís Paulo e fala sobre o Arquiteto Vitor Reis que quando ele afirma que uma casa que não ardeu, refere que nessa casa houve um levantamento e que existe um documento com uma fotografia, feito pelo Prof. Xavier Viegas que diz que a casa que ardeu. Esse documento, esta a documentar esse processo, isso é uma guerra entre as instituições que decorre do HIRU da CCDRC. O Prof. Xavier Viegas garante que a casa ardeu, o Sr. Vitor Reis diz que não. Refere isto a título de exemplo. Refere-se à afirmação de que não devemos ter vergonha de ser pedroguenses e este problema, trazido aos pedroguenses não é o reflexo do que vem nos jornais. Não houve desvios. As casas reconstruídas arderam. Quanto às irregularidades documentadas que possam existir, como referiu e bem, o Deputado Rui Capitão, deixemos aos responsáveis dessa tarefa e que irá junto das entidades responsáveis solicitar a celeridade dos processos de averiguação de modo a colocar um ponto final nesta situação. Dirige-se ao Deputado Rui Capitão e refere que nos que respeita à conta solidária realmente tem razão, mas que a pretensão era que a conta fosse aumentando todos os dias, todos os meses. Orgulha-se da conta solidária e é contra aquilo que outras entidades que receberam também donativos, como Pedrógão Grande andaram a distribuir o dinheiro indiscriminadamente. Garante que isso não foi feito aqui. O dinheiro está ali, os portugueses sabem que o dinheiro está ali, como e referiu essa informação vai estar brevemente no *site* do Município. A Dra. Nélia referiu e muito

bem nem tudo está mal. Não há realmente uma memória de uma reconstrução tão rápida. O nosso é um exemplo no mundo, e em Portugal. As casas da Madeira ardidas há três anos ainda estão por reconstruir e que as devia reconstruir é o IHRU e ainda não o fez. As de Pedrógão Grande, no dia a seguir estávamos já a limpar escombros às expensas da Câmara Municipal, sem subsídios para a limpeza, ainda hoje o estamos a fazer com todas as ruínas que estão a oferecer perigo nas aldeias. Refere que a título de outros exemplos no País fomos dos primeiros a conseguir mobilizar as reconstruções e os apoios. Não se parou. Exigiu-se. Não deixámos que nos esquecessem. Queremos também que as segundas habitações sejam reconstruídas. Como? Vamos ver. Lamenta que se tenha chegado a este ponto e que as notícias tenham sido tão más, demolidoras e escandalosas. Refere que apesar de tudo ele, o executivo e os técnicos da câmara estão tranquilos. Se existirem algumas irregularidades, num documento, do número fiscal ou outro, crê que se resolverá. Afirma que vão continuar as reconstruções e os apoios e que todos serão informados e se possível, até pessoalmente. Refere que o Relatório da Comissão Técnica vai ser apreciado na Comissão de Gestão e depois, o Presidente da Segurança Social dirá de sua justiça e refere que assumirão as suas responsabilidades, sem dúvida, alguém terá de responder por isso. Refere que é discutível a reconstrução de casas de primeira e segunda habitação, pois as leis publicadas só se referiam a casas destruídas e só mais tarde, sem ser preciso ninguém alertar para isso se deu a devida prioridade às casas de primeira habitação pois a Câmara Municipal de Pedrógão Grande já o estava a fazer. E os pedroguenses devem-se orgulhar do trabalho feito pelos seus conterrâneos pois as casas estão a ser reconstruídas. Não vamos desistir de ajudar todos. Temos orgulho de ser pedroguenses. Só por aquilo que fizemos e estamos a fazer, o caminho da reconstrução. Há que pensar no futuro pois a Câmara não tem fundos suficientes para acudir a tudo. Por exemplo no corte das árvores queimadas que estão a colocar em risco a segurança das pessoas, junto às vias de circulação, em que andam equipas a cortar, com equipas da Proteção Civil, pois é uma situação de perigo. Refere que não vão parar. -----

O Presidente da Assembleia Municipal agradece a intervenção do Presidente da Câmara e prossegue os trabalhos referindo que se vai dar oportunidade a uma segunda vaga de inscrições para o que solicita as mesmas junto dos deputados municipais. -----

Refere que há três inscrições e que no primeiro ciclo de intervenções fez apelo ao regulamento como é habitual nas Assembleias Municipais e recorda que numa Assembleia Extraordinária existe apenas um ponto de trabalhos e é sobre esse ponto que os senhores deputados devem intervir. Pede poder de síntese nestas intervenções. Pede contenção ao Deputado Luís Paulo respeito pela ordem de trabalhos. O deputado Luís Paulo inicia agradecendo ao Presidente da Mesa e refere que a contenção que lhe aconselha, não vai de encontro ao seu direito de liberdade de opinião. Refere que “o discurso inflamado” anteriormente referido pode ser para si, mas que não é nenhum “incendiário” e que não foi ele que colocou a comunicação social toda em Pedrógão Grande. E se o Presidente da Assembleia Municipal de Pedrógão Grande quer todas as casas reconstruídas de primeira, de segunda e de terceira habitação têm de contar com todos, para junto de Governo, quando receber os fundos da europa os venha aplicar em Pedrógão Grande. -----

O Presidente da Assembleia Municipal entende que pode dar-se por encerrada a parte da discussão relativa ao primeiro ponto, qualquer informação posterior será dada pelo Sr. Presidente na próxima Assembleia que é já dentro de pouco tempo. Passávamos, de acordo com o regimento, a um período de intervenção do público. O Presidente da Assembleia Municipal pede flexibilidade relativamente ao regulamento, e que os cidadãos interessados, de acordo com o nº2, do art.º 18, para solicitar esclarecimentos deverão fazer antecipadamente a sua inscrição, referindo: nome, morada e assunto a

tratar. A Mesa vai dar a palavra, e um período de intervenção neste ponto ao público com uma duração máxima, que não pode exceder cinco minutos. Portanto julga ter clarificado isto e pede que não se eternizem nesta questão solicitando que se manifestem com clareza. Portanto, solicita junto do público quem são os potenciais intervenientes e que deem o seu nome, para usarem da palavra. Assim inscreveram-se para falar: Albino Lopes Cardoso, António Albino, Andreia Filipa Dias, José Dinis Marques, Vasco Esquina, João Henriques Coelho, Luís Cunha, Antonino Antunes, Carlos David. -----

Não havendo mais ninguém para se inscrever, inicia dando a palavra ao Senhor Albino Lopes Cardoso. O Sr. Albino Lopes Cardoso começa por cumprimentar o Presidente da Mesa, todos os compatriotas na sala. Pede desculpa, pelo seu vocabulário, só tem o exame da quarta classe, nem escola de adultos, mas espera que compreendam. Inicia dizendo que se encontra ali presente para elogiar duas pessoas, o Presidente da República, o Presidente da Câmara de Pedrógão Grande. Refere que foi ao almoço, com o Sr. Presidente da República à Figueira, onde lhe expôs os seus problemas, e mostrou-lhe as fotografias, de três barracões que lhe arderam, de um carrossel, uma galera, uma autocaravana, duas motorrossadoras, e um motosserra. O Sr. Presidente da República disse-lhe que estava tudo bem e levou as fotografias. Diz que com a ajuda de alguém da Câmara Municipal vai fazer uma carta para ele, porque quer ter provas escritas, não é “palavras doces”. Diz que foi falar com o Sr. Presidente da Câmara Municipal, duas ou três vezes acerca do que lhe tinha ardido e com o Sr. Presidente da Junta de Vila Facaia que lhe deu as chapas, quando andaram lá a reconstruir o lugar da praça de Vila Facaia que embora furadas foram de boa fé. Porque tinha lá os porcos em miserável estado, e ainda hoje estão, com as chapas. O Presidente da Junta de Vila Facaia deu-lhas por que não tem capacidade para comprar umas novas já que a sua reforma é de duzentos e oitenta euros e o que tem como suplementos são trezentos e vinte euros e acontece isto. Resume a sua situação dizendo que como cidadão português, natural de Vide, Freguesia de Vila de Rua, concelho Moita da Beira, distrito de Viseu e capital de Lisboa, que, Pedrógão Não tem culpa, e que não quer lavar a roupa suja que está farto de ouvir coisas. diz que a si pouco ou nada o ajudaram, zero.-----

O Presidente da Assembleia Municipal passa a palavra ao Sr. António Albino. Que inicia a sua intervenção referindo que foi à Zona Agrária e falou com o Eng^o Pena e foram-lhe atribuídos valores para os barracões embora as telhas da sua casa que estavam todas estaladas, e que para essas ninguém lhe deu nada. Referiu que andaram a dar telhas a toda a gente e que a si, não lhe deram nada. Agradece e refere que era só isso que queria dizer e espera que compreendam e afirma que não está a pedir “esmolas” que é um homem de trabalho, só quer que deem o seu a seu dono. O Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Sra. Andreia Dias que iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes e apresentando-se. Referiu que é recém-licenciada e que depois da sua intervenção provavelmente, diz, com toda a certeza que terá de abandonar Pedrogão Grande e procurar trabalho noutra localidade, porque depois desta intervenção, e deixando claro aquilo que é o seu desgosto perante tudo aquilo que estamos a viver e que por isso, acredita deixará de ter futuro em Pedrógão Grande. Devemos sim trabalhar com transparência, verdade e, refere, não está a afirmar que não existem habitações reconstruídas, ou que segundas e terceiras habitações não devem ser reconstruídas, afirma, sim e mesmo nesta sessão pública de esclarecimentos, que se sente pouco esclarecida como pedroguense, porque números são somente isso, números. O que lhes foi dado, através da comunicação social, foram casos, casos de pessoas, famílias e não viu aqui, não viu mesmo nenhum caso como exemplo, não viu nenhuma história daquelas que foram passadas explicada de forma transparente. Julga que o executivo, a Assembleia Municipal que devem uma postura de, mais uma vez de transparência, não somos nós que votamos em vós, somos nós que depois de toda a desgraça que passámos merecemos mais. Refere que

devem realmente rever a forma como o estão a fazer, como se costuma dizer, “Onde Há fumo Há Fogo” e eu não sei mesmo se há fogo e eu não sou ninguém para o julgar, mas se querem que deixe de haver fumo então, tenham outra postura. Eu como jovem não tenho vergonha nenhuma de ser pedroguense, aliás venho de uma semana que foi de formação política e muita das vezes perguntavam –me “- Então Pedrógão? Como é que está Pedrógão?” E eu, poderia simplesmente não dizer nada, não. Respondi, eu não tive vergonha, nem tenho vergonha de ser pedroguense nem de dizer que sou pedroguense, mas por favor repensem, ouçam os pedroguenses, encontrem outra forma de deixar bem claro e transparente aquilo que foi feito aqui. Se erraram, não é vergonha nenhuma errar, porque todos erramos é vergonha sim, continuar a esconder quando se errou e quero deixar claro, que estou em momento algum a julgar quem quer que seja, estou sim a dar uma sugestão como pedroguense para repensarem a forma como estão a explicar aquele que foi o procedimento em Pedrógão Grande, é só isso. Obrigada. -----

O Presidente da Assembleia Municipal referiu, dirigindo-se aos presentes que respeita, e ouve com atenção, mas não participa da conversa. Pede que não o obriguem a repetir constantemente que estão a violar um regimento. -----

Passa a palavra ao Sr. Dr. José Dinis Marques que inicia a sua intervenção falando de pé e cumprimentando os presentes. Refere que veio a Pedrógão Grande na sequência do incêndio no dia, 30 de julho do ano passado, na mesa tinha outra posição, o poder era PSD, a oposição era PS. Hoje vimos e sabemos desde outubro que a situação se inverteu. A sua opinião é a mesma, foi o erro ter havido eleições naquela altura, nas condições em que foram, erraram. Deixou propostas relativamente à organização florestal, ainda não viu nada, nem o município quer, nem o governo pegarem neste assunto de sugestão. Pede licença ao Sr. Deputado Rui Capitão de fazer minhas as suas palavras no essencial daquilo que o mesmo disse, embora no passado tenhamos discordado, hoje concordamos com em quase tudo e pede também ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal para fazer usar as suas palavras no que toca ao "pedroguesismo", não sei se assim se poderá dizer, aquilo que é ser pedroguense. É de Pedrógão, sempre foi de Pedrógão, e continuará a ser Pedrógão. Embora ausente há cinquena e cinco anos e considera-se livre, apartidário e sem submissão a qualquer grupo, seja Maçónico, seja o que for. Afirma-se senhor de si mesmo e por isso em liberdade plena. Deixa duas perguntas, ao executivo municipal, na sequência daquilo que eu vi, na comunicação social, e aonde ficou amargurado e até indignado. Estranha muito que o executivo municipal não tenha encontrado respostas para a Sra. Ana Leal. Pensa que foram demasiadas omissões, e a pergunta que deixa é se, não tiveram tempo para ir, caso a caso, àqueles que eram denunciados, os que vinham na Visão, de aldeia em aldeia, se aquilo era verdade. Apreciar os *dossiers* e responder à jornalista Ana Leal. Ponderaram já alguma vez desde então para cá apresentar a vossa demissão? Muito Obrigado! -----

O Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Sr. Vasco Esquina que iniciou a sua intervenção cumprimentando o Sr. Presidente da Assembleia Municipal. Começa dizendo que achou engraçado, mas sem graça o Sr. Deputado Luís Paulo estar a confrontá-lo e o senhor Presidente da Assembleia Municipal pegar no telemóvel, para quem dizia que com dez anos de idade já conseguia viver sozinho, isso para mim foi uma falta de respeito, enquanto o Sr. Deputado estava a confrontá-lo, depois falaram nas sessenta e seis vítimas, mas que faleceram infelizmente. Nada podia ter feito se calhar naquela altura, naquele dia. Mas temos que saber. Ficaram pessoas vivas, vítimas do incêndio e são cá da terra e que pelo que sabe, pelo que lhe disseram, ninguém foi visitar essas pessoas, como por exemplo o senhor Zé, aqui presente, que é um homem da terra e ninguém foi capaz de ir visitar, tanto quanto sabe outros presidentes de outros municípios foram. Depois pergunta, ao Presidente da Assembleia Municipal não ao sr. Presidente

da Câmara, pois a maioria dos que aqui estão, querem saber certamente como é que habitações de segunda habitação passam para primeira e barracões passam a ser construídos como primeira ou segunda habitação. Concordo com o Presidente da Assembleia Municipal, ao ter dito que muitas das segundas habitações deviam ser reconstruídas, porque muitas pessoas passam aqui o Natal, a Páscoa e isso tudo, como já foi dito, mas como é que barracões, passam para primeira ou segunda habitação sem sequer ser merecedor, enquanto algumas pessoas, e temos idosos que ainda não tem nada, como um saco de cimento como vimos na reportagem da TVI da Ana Leal em que temos um homem que nem um saco de cimento ainda recebeu da Câmara Municipal e se for preciso a Câmara tem lá os bens materiais todos, e bem que os podia oferecer. Como é que pessoas têm casas, e têm as casas ao lado, constroem outras, e esses idosos ficam para trás, como é que isso é possível? Há prioridades é? Porque pelo que eu entendo, e pelo que eu procurei, todas essas casas que foram reconstruídas, quase 95% têm cunhas na Câmara Municipal, sejam primos, irmãos, tios, familiares ou seja o que for, todos têm família na Câmara, e não é possível, não é possível uma casa, ser afectada pelo incêndio num sítio...o Presidente da Assembleia Municipal interrompe o senhor Vasco, dizendo-lhe que está a fazer acusações muito graves. Relembra-o que está a ser gravado. Ao que o Sr. Vasco Esquina respondeu que não está a fazer acusações, está a questionar, não acusou nada, só questionou. O Presidente da Assembleia Municipal alertou-o da gravidade das suas palavras. -----

O Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Sr. Luís Cunha que iniciou a sua intervenção cumprimentando o Sr. Presidente da Assembleia, o Sr. Presidente da Câmara, o Sr. Vereador, os Senhores deputados, Srs. e Sras., e público. Afirma que não cumprimenta os jornalistas, por dois motivos e que me desculpem, mas como munícipe de Pedrógão, nascido, criado e a viver em Pedrógão Grande custa-lhe profundamente ver alguma comunicação social comportarem-se como uns urubus a delapidar este concelho. A árvore esta a ser construída, porque aqui passou um mar de chamas, e destruiu isto tudo, e o trabalho de algumas pessoas, pois também é crítico, mas há uma coisa que temos de reconhecer, é que num ano e pouco, foi reconstruída uma árvore, que infelizmente, e não vamos escamotear isso, há algumas pessoas que chamuscaram algumas pontas. O Presidente da Assembleia Municipal interrompe o Sr. Luis Cunha para lhe lembrar que a única forma que nós temos, para ter uma comunicação social que informe com rigor é termos disponibilidade sempre para os informar. Se não houver essa disponibilidade, somos nós os culpados. Não devemos matar o mensageiro. Afirma o seu respeito pela comunicação social. Ao que o Sr. Luís Cunha também. Ao que o Presidente da Assembleia Municipal lhe pede o favor de não chamar de "urubus" pois não lhe soa de bom tom. Devemos tratar a comunicação social com respeito e com a dignidade que merecem. Ao que o Sr. Luis responde que alguma merece respeito, o seu problema foi confrontar o Sr. Presidente da Câmara, e lamenta que ele não se tivesse preparado, ou não se tivesse preparado para a entrevista da Dra. Ana Leal, que ela fez o trabalho que lhe é devido. Lamento e volto a referir é que alguns pseudo jornalistas, fazedores de opinião viessem com base naquela reportagem, vir incendiar ainda mais e vamos vendo na comunicação social ou redes sociais que querem fazer uma manifestação aqui à porta, mas por alma de quem? Com que direito é que essas pessoas se intitulam de grandes arautos defensores, os grandes arautos defensores dos dinheiros que todos os portugueses deram? Afirma emocionado que a si, não lhe ardeu nada, mas é sou pedroguense. Pede união aos presentes o que querem, os nossos adversários, querem é que estejamos divididos.-----

O Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Sr. Eng.º João Coelho que iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes e muito especial os autarcas, os pedroguenses presentes, inclusivamente a comunicação social. Refere que é a primeira vez que intervém depois da catástrofe de

17 de Junho, que nunca mais esquece, porque foi o dia do seu aniversário. E quer dizer, que realmente as coisas não têm corrido bem. Conhece o Presidente da Câmara há muito tempo e sabe que é uma pessoa honesta e dedicada, mas crê que a intervenção do dia, 22 de agosto não foi feliz para nenhum dos autarcas. Analisou-a friamente, e inclusivamente para os dois presidentes de Junta da Graça e de Vila Facaia, o que significa que ninguém está isento de eventuais erros, ninguém está isento. Inclusivamente os problemas passaram por duas maiorias do município e o que eu verifiquei muitas vezes como muito dos que aqui estão presentes, e não foi por acaso que aconteceu o resultado eleitoral que aconteceu, é que muitas vezes o Sr. Presidente da Câmara encontrou-se mais vezes com a oposição do que com a maioria no combate aos incêndios. Esta é uma realidade que nós não podemos esquecer. Por outro lado, refere temos direitos, mas não sabe se temos cumprido os nossos deveres e questiona-se sobre isso. Daí que temos de ter calma com as nossas intervenções. Informa que saiu de cá há sessenta e dois anos e que desde então é completamente independente. Quer publicamente expressar uma coisa muito importante, pois considera que há muita coisa que não foi devidamente analisada e temos que de facto tirar elações dos nossos erros. A primeira coisa que tinha de ser feita era a constituição de uma comissão, incluindo a própria oposição definidora dos critérios da recuperação das casas. Mas Pedrógão o que é que existe? A oposição fica de parte, eu sei o que é que estou a dizer, e a maioria é que sabe de tudo, não pode ser aqui nem em lado nenhum. É necessário que fique escrito, e que haja de facto normas orientadoras. Porque senão não vamos a lado nenhum. Por outro lado, eu creio que o governo teve um bom papel aqui e que calhar quem não tem um bom papel aqui foi o Presidente da República que toda a gente elogia. Porque ele não pode substituir o executivo, nem pode estar em todo o lado como o cata-vento. Embora reconheça ser uma pessoa inteligente, embora reconheça ser uma pessoa aberta, mas por vezes vai usurpar e criar falsas expectativas exercendo que as habitações iam estar construídas no Natal. O que de facto muitas vezes reduz a possibilidade de se encontrarem medidas concretas e justas. Pede que as pessoas têm que se unir, vamos corrigir o que deve estar corrigido, porque realmente eu queria dizer aqui que existe alguma culpabilidade do município porque porquê, nós não podemos dizer uma entidade aqui construir e que foi por iniciativa dela, porque é um município que tem que apreciar e é um município que tem de passar o licenciamento de construção. E, portanto, tinha que analisar se efetivamente a situação é concreta, se é justa, se não é justa. Mais essa comissão que até devia ser presidida por um técnico que não fosse do município, embora eu conheça os técnicos do município que são muito bons, mas havia de haver algum distanciamento para que não se ouvissem aqui outras coisas que se ouviram, e era útil para todos. De facto, uma pessoa de fora que coordenasse o problema e que de facto depois dialogasse com o Sr. Presidente da Câmara, eu creio que isso é que deveria ter sido feito, não foi feito, porque hoje estávamos de facto numa situação diferente e a oposição devia ser desde início comprometida nas soluções. Não queria participar, hoje estaria silenciada, e se calhar era alvo de crítica. Se isso não foi feito, enfim temos de assumir as nossas responsabilidades. Muito obrigado. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, interveio fazendo uma correção à intervenção do Sr. Eng.º João Coelho, pedindo ao Sr. Eng.º Álvaro que é técnico do GORR de onde é e quando chegou ao gabinete. O Eng.º Álvaro interveio a pedido do Presidente da Assembleia Municipal intervindo para se apresentar dizendo que se chama Álvaro Manuel Fonseca Alves, é de Coimbra, tirou o curso na Faculdade de Ciências e Tecnologias da cidade de Coimbra na área de construções e engenharia civil. Chegou no dia 22 de agosto, não tinha, nem conhecia, nenhum familiar no concelho de Pedrógão Grande, Castanheira de Pera ou Figueiró dos Vinhos. Não tinha nem tem qualquer interesse económico, muito menos político, no concelho de Pedrógão. Somente o que lhe interessa, no bom sentido, é a compensação monetária ao final

do mês, do seu trabalho mensal. O Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Sr. Antonino Antunes que prescindiu da palavra. E assim passou a palavra ao Sr. Carlos David. O Sr. Carlos David iniciou a sua intervenção cumprimentada todos os presentes na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Tomás Correia. começou a sua intervenção dizendo que a presença de todos se deve não só antes a uma convocatória, mas também a uma situação despontada pela comunicação social. Essa sim é que fez encher esta casa, e a comunicação social através obviamente na reportagem da TVI como foi dito, passou no dia 22 de agosto e que me veio dar voz. A situação já estava a decorrer no terreno, era falado, e depois efetivamente foi a entrevista ao Sr. Presidente e à Vice-Presidente que despoletou tudo isto. Foram os artigos dos jornais que, entretanto, começaram a surgir do género que também já questionou, porque depois não aparecem os desmentidos. Se não aparecem os desmentidos as pessoas pensam que é verdade, viu por exemplo no Expresso de 28 de Julho a dizer que os chineses mandaram para ai uns cento e oitenta e um mil euros, leu no Jornal Expresso que vieram dezanove camiões da Remax, e as pessoas começam a ouvir e a questionar, se veio onde está, o que foi feito. Não há desmentidos, portanto se não se desmente é porque é verdade. Mas pronto, independentemente dessa questão, que é uma questão que o executivo tem que resolver e foi por isso é que as pessoas vieram até cá para ouvir coisas, eu vou mais longe, e concordo plenamente com o que o Sr. Tomás Correia. As pessoas após a tragédia de 17 de junho encheram-se de paixão de amor no coração e não foi uma onda, foi um tsunami de solidariedade. Choveu donativos de tudo o que é sítio, pessoas que sofreram connosco, e portanto também elas entendem e bem que também são parte desta solução, e quando nos deram esses donativos foi para tentar repor o concelho à data anterior ao incendio e portanto todas elas essas segundas habituais, todas essas histórias, esses barracões, era para ser repostos. Desde o mais, vamos lá ver, invertendo os termos, desde o mais unificado em termos monetários até ao menos unificado. Sendo que o menos seria o primeiro e o que nós constatamos com isso é o critério, o critério é que nós questionamos. É óbvio que o Sr. Presidente disse e, portanto, as reportagens são palavras soltas aqui e acolá, e quando se diz que é uma análise casuística, mas havia de ser casuística com rigor, explicável. Ou quando se diz “é uma decisão política” ok, eu acredito que isto não foram palavras tiradas avulso. Provavelmente tem um contexto, mas devia haver a tal explicação e por isso é que nós aqui viemos hoje. Eu espero efetivamente que a montanha não para um rato, não é porque efetivamente nós deslocamo-nos para ouvir uma explicação e confessa, ouviu explicações. Sabe que o GORR foi criado e foi-lhe dado um critério de distribuição das verbas, qual foi o critério, não faz ideia. Sabe que há um lema, está ali, renascer das cinzas e os jornais dizem, é vergonha. Pergunta é, como é que vamos renascer da lama. Porque efetivamente é isso. Como dizia o Sr. Paulo e bem, tem orgulho de ser pedroguense e quem não deve não teme, atenção, é mesmo assim. É um pouco essa a problemática, com toda a sinceridade diz que não sai esclarecido. Agradece aos presentes. O Presidente da Assembleia Municipal pergunta ao Presidente da Câmara Municipal se pretende dar mais algum esclarecimento, ao que o mesmo responde que acredita que as explicações dadas pelo Sr. Eng^o de como os processos funcionavam foi boa. Refere que o Sr. Cardoso foi pouco auxiliado e queria dizer-lhe isso, mas ele já não se encontra, saiu. Que a ajuda foi pouca por parte do Ministério da Agricultura. Fala na D. Andreia que também já não se encontra, que saiu, para dizer que ninguém errou, acusou-nos de errar, mas crê que não erraram. O Dr. José Marques quanto à entrevista, e ao mesmo tempo dirige-se também ao Sr. Luís Cunha e ao Sr. João Coelho referindo que entrevistas são entrevistas e a Sra. Ana Leal terá a resposta adequada no momento próprio. Quem tem um bocadinho de vocação por jornalismo de certeza compreende como é que as coisas foram feitas. Quanto ao Sr. Vasco Esquina, também logo inicialmente quando eu falei das primeiras e das segundas habitações acho que

não vamos debater este problema, as habitações são habitações, como referiu e ninguém passou, nem barracões passaram para habitações, nem habitações passaram para barracões. O Sr. Carlos David quanto às suas dúvidas crê que já foi aqui publicado, nas contas da Câmara, onde estava tudo explicado e que depois vai ter oportunidade na internet na página da Câmara Municipal. Solicita novamente a intervenção do Sr. Eng.º Álvaro para explicar como é que realmente era o procedimento. O Presidente da Assembleia Municipal refere que estamos nesta assembleia num quadro num quadro de esclarecimento, pelo que pedirá ao Sr. Eng.º Álvaro para explicar como é que é o processo. Como é que isto funciona no âmbito do REVITA. Para não termos dúvidas. -----

O Eng.º. Álvaro intervém dirigindo-se ao público e cumprimentando os presentes e agradecendo a oportunidade de explicar definitivamente como é o processo REVITA, o seu formulário, como é constituído e preenchido. Como o disse chegou no dia 22 de agosto e o processo já estava em andamento, contudo, as pessoas do GORR facilmente lhe explicaram e ele leu o regulamento de imediato e entrou no “comboio” do gabinete. O formulário REVITA, era explicado às pessoas que chegavam, a uma família que chegava, eu referindo uma pessoa do GORR, a D. Carina Costa que teve um papel importantíssimo no sentido de ouvir e saber ouvir as grandes tragédias que cada um trazia. Eu obviamente também interfeiri ouvi, vários minutos para não dizer horas, antes de preencher o requerente, o formulário. O formulário é constituído por sete folhas, na qual a primeira, é preenchida pelo requerente com todos os dados pessoais, nome completo, data nascimento, naturalidade, nacionalidade, número de identificação da segurança social, número de identificação fiscal, morada, código postal, concelho, etc. O agregado familiar no ponto três, o próprio requerente, escrevia se havia, se era habitação permanente, própria ou outra situação. Na folha número dois o requerente continuava a preencher e quando tinha dúvidas e, é preciso que se diga frontalmente, em qualquer departamento público o funcionário que está à nossa frente tira-nos as dúvidas, preenchia a freguesia, a identificação do imóvel que tinha ardido e o que é que tinha ardido e o seu recheio (número de cadeiras, sofás, televisões, frigoríficos, etc.). Na folha três continuava o requerente a preencher os utensílios do lar. Na folha número quatro e para terminar, o requerente e, continua a reafirmar, o próprio que requeria o apoio REVITA, assinava como declaração de honra, era ele próprio que assinava a declaração de honra e passa a citar: “declaro sob compromisso de honra que as declarações prestadas correspondem à verdade e não omitem qualquer declaração relevante. Comprometo-me a apresentar meios de prova que forem considerados necessários à atribuição do apoio requerido.” Assinava e punha a data. Na parte dos Serviços, o Anexo B, era preenchido pelos serviços camarários a qual o técnico assinava depois de ir ao local tirar fotografias, comprovar o que ardeu, como é óbvio é que assinava que a casa em questão tinha ardido ou não tinha ardido e, qual eram os tipos de estragos que tinha e qual a possibilidade de recuperação, seguindo depois para uma comissão superior a resolver, depois essa situação. Depois haveria lugar a um parecer de todo o processo anterior, citando que o mesmo era depois assinado pelo técnico Bruno Gomes. Por fim a folha número seis “Proposta de Decisão” e, reafirma que não é mais do que isso, era depois assinada pelo Sr. Presidente Valdemar na qual era carimbada com o carimbo da Câmara e só depois daqui, era pedido às pessoas, aos requerentes três papéis, três certificados apesar do Regulamento só pedir dois, numa fase posterior, de início até nem pedia nenhum, no dia sete até nem pedia nenhum, no dia quinze passou a pedir dois papéis e passa a citar: certificado de domicílio fiscal do qual os Juristas da CCDR-C e os Juristas da Unidade de Missão, dois organismos estatais consideraram que bastava a cadeneta predial urbana, com a dizer, afetação/habitação, não podia dizer outra coisa, não podia dizer anexo agrícola, barracão agrícola, casa de arrumos ou casa em ruínas. Tinha de dizer, habitação. E a morada da caderneta fiscal

tinha de estar lá mencionada no concelho e pedia o segundo papel. A conta do mês de maio da EDP antes do fogo, numa fase posterior, no início não contemplava este fator. Posteriormente começámos a pedir e fomos para além do regulamento. Insatisfeitos com estes dois documentos que o regulamento pedia, passou a pedir, pedíamos o registo predial da casa que o número do registo predial tinha de coincidir, como é óbvio com a caderneta predial. Tendo estes três documentos o processo com o parecer do Sr. Presidente ia à Comissão Técnica e a Comissão Técnica é constituída por elementos da Unidade de Missão, dois ou três e três elementos da CCDRC cada representantes dos municípios afetados, Castanheira de Pera, Pedrógão Grande e Figueiró dos Vinhos e obviamente seria analisado ao pormenor e aprovado ou não, consoante a documentação que iria com ele, provas fotográficas e etc. só assim é que era e desta forma era feita uma ata e é que era aprovado o tal apoio REVITA à população ou à casa afetada. O Presidente da Assembleia Municipal considerou que o essencial da questão estava dito e continua referindo que o período de intervenção do público já terminou. Entretanto há um Deputado da Assembleia Municipal que diz não estar esclarecido ao que o Presidente da Assembleia e, em face de ter dois pedidos de intervenção em Defesa da Honra e embora já não estejamos na fase de intervenção dos Deputados Municipais, vai ainda assim dar essa oportunidade. Portanto dá a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Vila Facaia e ao Eng^o Gama. Entretanto o Eng^o Gama prescindiu do uso da palavra. Assim o presidente da Junta de Freguesia de Vila Facaia intervém, cumprimentando os presentes. Refere que foi sempre apologista de ser tudo feito no concelho defendeu sempre isso desde a primeira hora. Porque diz, não gosta de ver as suas aldeias destruídas, pior do que já estavam, porque desejava que fosse tudo reconstruído embora julgue que para isso deveria haver critérios. Primeiro eram as primeiras habitações, não era preciso perceber, as seguir as segundas habitações permanentes, a seguir os barracões permanentes e a seguir as casas devolutas, considera que isto está tudo ao contrário. Começar a casa pelo telhado, refere. Diz que tem na sua freguesia cinco famílias de casas de primeira habitação que ainda não estão a viver nelas e conhece casas devolutas já construídas. Isto é de lamentar. Refere que só diz isto para responder ao Sr. Presidente que diz que não é assim, mas afirma que sim, que é e que lhe irá lá mostrar se ele lá quiser ir consigo. O Presidente da Assembleia Municipal refere que o Deputado Ricardo Pereira pediu, face aos esclarecimentos para usar da palavra e se alguém da bancada do Partido Socialista pretender fazer o mesmo, poderá fazê-lo. O deputado Ricardo Pereira começa por falar em relação ao que foi aqui mostrado e escamoteado para referir que tem uma primeira questão, uma primeira nota. É evidente que o requerente assina e responsabiliza-se por aquilo que diz, mas também é evidente que a seguir há um Parecer da Câmara que vincula aquilo que está para trás, portanto se é assim há um parecer à frente que vincula que o está atrás é verdade. Não é só o requerente que está a prestar as declarações. A segunda questão é dirigida ao Eng^o Álvaro: Todas as casas têm fatura da EDP de maio do ano anterior? Ao que o Eng^o Álvaro Lopes responde e refere que como foi dito, há casos e contam-se pelos dedos da mão, ou porque a casa em questão não passava a eletricidade e refere que se lembra de uma que por respeito à pessoa não vai mencionar. Não pode, nem deve falar de casos concretos, se a luz não passava lá, essa pessoa é isenta desse, deviam ser comprovado, pelo Sr. Presidente. Refere que se mencionasse o nome, compreenderiam facilmente que era impossível. O Presidente da Assembleia refere que o Sr. Presidente deveria ter inventado uma forma de por lá a luz. O Eng^o Álvaro refere que é óbvio aquilo que ali referiu, dado que há cinco ou seis casos com vizinhos, em que o vizinho passou uma declaração de que fornecia a luz à casa em questão. Isso é verdade, não há que esconder, mas simultaneamente nesses casos, normalmente tem a fatura da água ou outro tipo de documento que não pediam, mas que aceitavam. E refere que, embora sejam poucos casos, mas são alguns, há atestados de

residência da Junta de Freguesia, são poucos, mas estão lá. E estão digitalizados na CCDR-C em Coimbra. Isto que fique claro. Até de casos polémicos que se abstém de referir. O Presidente da Assembleia Municipal refere e reafirma o seu poder de intervir na sessão que conduz. O Eng.º Álvaro questiona se foi esclarecedor ao que o Presidente da Assembleia Municipal questionou os Deputados da Bancada do PS se por uma questão de igualdade queriam usar da palavra. O Deputado Luís Manuel Piedade David pede para usar da palavra e refere que lhe custa ouvir tudo isto, referindo que lamentavelmente julga que tudo o que foi anteriormente referido não foi tido em atenção por ninguém. Pensa que voltámos a um ponto de autodestruição, pois estamos a apontar o dedo, continuamos a apontar o dedo, e ninguém ouviu nada do que foi dito, tanto pela bancada do PS como pela bancada do PSD. Refere que estamos à espera que a justiça se pronuncie, é só isso, aguardem. Porque o apontar de dedos aos vizinhos quando somos iguais? Pede calma afirmando que chega que basta. Há que lutar por esta terra. Não apontemos os dedos pois quando o fazemos temos quatro apontados para nós. Todos se estão a esquecer disto. Afirma que tem tanta culpa este executivo como o anterior. Estão vereadores aqui presentes, ex-vereadores aqui presentes que usaram da palavra e esquecem que também estavam nessa altura presentes e o que é hoje oposição, era na altura quem estava lá. Isto não se iniciou agora. Pede que se aguarde pela justiça. Refere que existem muitos casos sociais que foram e são só desta maneira concretizados referindo que foi isso que o Eng.º Álvaro tentou dizer. O Fundo REVITA prevê essas situações e há muitas pessoas nesta terra que não tinha luz, nem água potável, que bebiam dos seus poços. Pergunta “- Ou não conhecem a vossa terra?”. Pede desculpa por ser ter alongado e pelas suas palavras pois está emocionado e magoado com o que se tem passado em Pedrógão grande. O Presidente da Assembleia Municipal refere que não tem inscrições e uma vez que o período da ordem do dia já se extinguiu e não havendo mais esclarecimentos a prestar, permite-se antes de encerrar os trabalhos, sublinhar dois pontos: já conhecia esta situação pois tinha pedido informações sobre ela. Numa fase inicial não se pediram documentos comprovativos de coisa nenhuma em momento posterior passaram a exigir-se dois documentos. O gabinete que tratou destas questões pedia três. É óbvio que nesses três não estava contido o certificado da Junta de Freguesia, de Residência. Como puderam ver, houve um conjunto de intervenções ao longo da sessão no sentido de acordo com as explicações dadas, de que o executivo andou bem no sentido de que procurou encontrar técnicos para assegurar um excelente trabalho incluindo o Eng.º Álvaro, a quem se refere considerando o seu trabalho meritório, que na sua humildade o mesmo, refere ser de todos. Afirma que se continua a batalhar em coisas que em nada contribuem para coesão das pessoas, ao contrário dos esforços feitos e tentativamente desmentidos por alguns para que todos os membros dos órgãos autárquicos tenham uma participação ativa e concertada na defesa da nossa terra e das suas gentes. Não tem dúvidas dos esforços feitos para melhorar a situação por parte de todos. Refere que as vozes que se transformam em ruído não foram muito significativas aqui na Assembleia, francamente ficou animado com o que se passou e viu uma concertação muito grande em torno desta questão e francamente pensa que se cada um refletir sobre o que foi dito, reconhecerá que poderão ter existido erros mas que num processo desta dimensão pergunta, se alguém tinha expectativas com leis imperfeitas nunca experimentadas no País. Alguém pensava ser possível ter leis perfeitas e que nos ajudasse a construir soluções à prova de bala. Para que não houvesse a mínima hipótese de qualquer observação sobre o desenvolvimento do processo. Se alguém tinha essa expectativa, de fato, não vive neste País. Uma catástrofe desta dimensão, sem experiência anterior neste País e nesta terra obviamente conduziu à produção de regulamentos e normas necessariamente imperfeitas que não contribuíram certamente para a total perfeição do desenvolvimento do processo. Admitindo que eventualmente tenham existido

irregularidades há uma coisa que todos temos a certeza. O dinheiro não foi desviado por ninguém para finalidade que não fossem as finalidades da reconstrução, seja a reconstrução agrícola ou seja o que for. Pode haver aqui e além alguma irregularidade, mas isso não põe em causa e, nem pode por o processo, o trabalho e a grande qualidade do trabalho que aqui se desenvolveu. É esta certeza que quer deixar, como pessoa pois leva daqui esta certeza e está convencido que a generalidade dos que assistiram a esta assembleia, de boa-fé, levam daqui esta certeza. Se houve irregularidades e essas irregularidades são suscetíveis de produzir qualquer tipo de sanção qualquer tipo de penalização incluindo a devolução de dinheiros recebidos, a seu tempo e com serenidade, isso irá resolver-se e provavelmente iremos ter muitas surpresas e com certeza mais positivas do que negativas. É a sua convicção. Deixa um último apelo de coesão entre todos, em defesa do bom nome da nossa terra e da defesa das mulheres e homens da nossa terra. Termina agradecendo a presença de todos, e agradece a presença de todos os jornalistas e de todos os órgãos de comunicação social que tiveram a gentileza de acompanharem a Assembleia Municipal e pede desculpa se houve alguma observação mais pesada que tenha sido feita mas pede que a entendam no calor de alguma discussão. Porque isso não representa o sentir das gentes e Pedrógão que têm muito respeito pela comunicação social. Foi a comunicação social que mostrou ao País aquilo que Pedrógão Grande era no momento dos incêndios e aquilo que Pedrógão sofreu, aquilo que Pedrógão Grande sofreu como terra, como território. Não só Pedrógão Grande mas toda este território do interior norte abandonado à sua sorte durante muitos anos. Senão fosse a comunicação social ninguém no País tinha sabido o que se tinha passado, provavelmente não teríamos tido a generosidade total dos portugueses. Tem a certeza que a comunicação social entendeu isto e que em conjunto é sensata e, esta sessão com a presença deles, foi extraordinariamente importante para a ajuda na recuperação da imagem que muitos teimaram em denegrir. Agradeceu a presença de todos e deu por encerrada esta sessão. ----- Aprovada a ata em minuta, e nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada esta Sessão Pública Extraordinária desta Assembleia Municipal, pelas vinte e horas e trinta e sete minutos que depois de lida, será assinada nos termos da lei. -----

O Presidente da Assembleia Municipal

(António Tomás Correia)

O Primeiro Secretário

(Fernando Manuel Fernandes Antunes)

Segundo Secretário

(José Jesus Seco da Cruz, em substituição)